

## **UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE FORMAÇÃO**

**MARIA GORETH E SILVA NERY**  
Universidade do Estado da Bahia-UNEB

**MOIZEIS SILVA NERY**  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB

**NÚBIA MARIA DE BRITO SILVA**  
Universidade do Estado da Bahia-UNEB

### **Resumo:**

O presente trabalho tem o objetivo de compreender como foram formadas as universidades estaduais da Bahia. A investigação e pertinência do objeto de pesquisa se justifica da necessidade de compreender como ocorreu a institucionalização estadual da educação superior na Bahia. A metodologia tem como base a pesquisa bibliográfica e se ampara em autores como: Teixeira (1968); Schwartzman (1996), Souza (1996), Wanderley (2003) Rossato (2005), Boaventura (2009), Saviane (2010), Cunha (2010), entre outros que versam sobre a história das universidades. A pesquisa do ponto de vista do problema, possui uma abordagem qualitativa. O resultado da pesquisa demonstrou que o sistema de ensino superior foi forjado mediante ação do governo estadual com a criação/implantação das quatro universidades estaduais que abrange todo território baiano. Conclui que a implantação das universidades estaduais da Bahia é resultado do agrupamento de faculdades pré-existentes. Os fatores condicionantes para agrupamentos das faculdades e a formação das universidades, são resultado das políticas do Governo estadual para interiorizar o ensino superior no território baiano. Tais ações resultam em quatro universidades estaduais que atuam na formação e qualificação profissional em diversas áreas de conhecimentos.

**Palavras-chave:** Bahia. Educação Superior. Universidades estaduais.

### **Abstract:**

The present work aims to understand how state universities in Bahia were formed. The investigation and relevance of the research object is justified by the need to understand how the state institutionalization of higher education occurred in Bahia. The methodology is based on bibliographical research and is supported by authors such as: Teixeira (1968); Schwartzman (1996), Souza (1996), Wanderly (2003) Rossato (2005), Boaventura (2009), Saviane (2010), Cunha (2010), among others that deal with the history of universities. Research from the problem point of view has a qualitative approach. The result of the research demonstrated that the higher education system was forged through action by the state government with the creation/implementation of four state universities that cover the entire territory of Bahia. It concludes that the implementation of state universities in Bahia is the result of the pre-existing grouping of faculties. The conditioning factors for the grouping of faculties and the formation of universities are the result of the state government's policies to internalize higher education in the Bahian territory. These actions result in four state universities that provide professional training and qualification in various areas of knowledge.

**Keywords:** Bahia. College education. State universities.

## INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil desde o processo de ocupação do território, teve início sob a tutela eclesiástica, dos jesuítas. Logo, indaga-se: como e quando ocorreu a formação das universidades estaduais na Bahia enquanto instituições autônomas? Quais são as universidades estaduais na Bahia e onde atuam? Diante do exposto, levantou-se como hipótese: as universidades estaduais da Bahia, são resultado do agrupamento de faculdades pré-existentes. Os fatores condicionantes para agrupamentos das faculdades e a formação das universidades, são resultado das políticas do Governo estadual para interiorizar o ensino superior no território baiano. Desse modo, a presente pesquisa tem como objetivo de compreender como foram formadas as universidades estaduais da Bahia.

Gil (2008), esclarece que o método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Para se desenvolver o estudo científico é necessário ter uma metodologia para seguir e, que está, dê embasamento apropriado à pesquisa e contribua de forma significativa para a compreensão do objeto de estudo proposto.

No presente trabalho a pesquisa se classifica como bibliográfica e descritiva. No tocante a pesquisa bibliografia, se caracteriza pela construção do referencial teórico que partiu de um levantamento sobre o tema abordado em publicações com validade de cunho científico. No tocante ao caráter descritivo, sustenta-se por descrever pelo levantamento bibliográfico a criação e trajetória da Universidade no mundo, Brasil e na Bahia ao longo do tempo.

A pesquisa se ampara na abordagem de cunho qualitativo, segundo Gil (2008, p.13) “Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos”. O autor acrescenta que a população ou universo em uma pesquisa teórico-empírica é um grupo de pessoas, objetos ou eventos que possui um conjunto de características comuns que o definem. Desse modo, o universo de pesquisa, caracterizado no estudo é o contexto evolutivo da Universidade, em escala mundial, no Brasil e com maior enfoque aos acontecimentos relacionados na Bahia, objeto de estudo.

Para responder as indagações, destacaremos inicialmente, o entendimento sobre universidade enfocando, de forma sucinta, as origens e como ocorreu a expansão no continente europeu e na América Latina. No segundo momento, abordaremos como as universidades foram

criadas/forjadas no Brasil. No terceiro momento enfatizamos como foi constituída e organizada as universidades no estado da Bahia. Por fim, são traçadas as considerações finais, seguidas das referências.

## UNIVERSIDADE: ORIGENS E EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

“A palavra *universitas* foi originalmente aplicada às sociedades corporativas escolásticas” (Wanderley 2003, p. 16). O referido autor, esclarece que universidade é uma instituição social, com o objetivo de formar, metodicamente os profissionais, os técnicos e os intelectuais em consonância com as demandas das sociedades. A partir do século XIV, o termo universidade passou a ser utilizado de maneira mais específica, representando exclusivamente, uma comunidade de docentes e discentes.

Rossato (2005), frisa que no período medieval, as instituições universitárias eram detentoras de quatro faculdades: artes, teologia, direito e medicina; denominadas de *studia generalia*. Era, portanto, escolas de fundação pontificia, posteriormente imperial; compostas por discentes, docentes e clérigos, organizados em corporação ou não, gozando de certos privilégios e imunidades, sejam estas de caráter universal e/ou eclesiástico.

5137

Schwartzman (1996), destaca que nas antigas universidades a formação profissional das carreiras de direito, teologia e medicina era pautada pelo uso do latim, por um número limitado de autores clássicos e pelo estudo do conhecimento das sete artes liberais: o *trivium* (gramática, lógica e retórica) e o *quadrivium* (aritmética, astronomia, geometria e música).

Souza (1996), ressalta que as universidades como corporações encontravam-se subdivididas em Faculdades e Nações. As Faculdades, eram consideradas segmentos administrativos referentes às organizações do ensino (*studium*): artes, teologia, direito e medicina. As Nações eram as corporações dentro das Faculdades, resultantes da reunião de discentes de mesma origem, com o intuito de defesa e auxílio mútuo.

Cunha (2010), versa que a história da educação superior teve início na Europa, no final do século XII, sendo instituições que conectavam os mestres e os discípulos da Igreja Católica. Acrescenta ainda, que no século XVI, as universidades se tornaram instituições de pesquisa.

A Universidade de Bolonha (Itália, 1088), é considerada a primeira instituição formada e organizada, desde o início, por uma corporação de discentes. No final do século XI, a Universidade de Oxford (Inglaterra, 1096), é estimada, como a segunda universidade

constituída. Essa instituição surgiu a partir de uma reunião de docentes, após a obtenção de privilégios papais. A Universidade de Paris (França, 1150), foi formada no início do século XII, por uma corporação de docentes e discentes, tornando-se um dos maiores centros de estudos na Idade Média (Souza, 1996; Simões, 2013).

No século XIII, surgem diversas universidades, tais como: Cambridge (Inglaterra, 1209); Salamanca (Espanha, 1218); Montpellier (França, 1220); Pádua e Nápoles (Itália, 1222 e 1224); Coimbra (Portugal, 1290) entre outras. A partir dos séculos XIV e XV, diversas instituições são constituídas no decorrer dos séculos seguintes (Souza, 1996; Simões, 2013).

No continente americano as universidades são fundadas a partir do século XVI, com a criação da Universidade de São Domingos (República Dominicana-1538), considerada a primeira universidade das Américas. Posteriormente, emergiram as Universidades de: San Marcos (Peru, 1551); México (México, 1553); Bogotá (Colômbia, 1662); Cuzco (Peru, 1692); Havana (Cuba, 1728); Santiago (Chile, 1738). As primeiras universidades norte-americanas, foram Harvard, (1636) Yale (1701) e da Filadélfia (1755) (Mota Junior; Torres, 2017).

É relevante frisar o papel da Espanha, que no século XVI, implantou universidades nas suas colônias americanas. Deste modo, “[...] as elites espanholas tinham para sua formação um variado sistema universitário, cuja contribuição maior, nos séculos XVI e XVII, foi dada nos campos das artes e da literatura e menos na ciência e na filosofia” (Wanderley, 2003, p. 19), sendo dada a prioridade a formação técnica profissionalizante.

Nesse cenário, quase todos os países da América Latina, entre os séculos XVI e XIX, possuíam uma ou mais instituições universitárias, a exceção do Brasil, que só instituiu as universidades no século XX.

## UNIVERSIDADE NO BRASIL: BREVE CONSIDERAÇÕES

Em 1550 a oferta do ensino superior no Brasil se iniciou com os jesuítas de forma isolada na Bahia (sede do governo geral). Os jesuítas criaram 17 colégios que ofereciam o ensino das primeiras letras, o ensino secundário e, em alguns, o ensino superior em artes e teologia. Os cursos superiores foram criados de forma isolada nos estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Maranhão e no Pará (Cunha, 2010; Mota Junior; Torres, 2017).

Em 1808, com chegada da família real portuguesa ao Brasil, Dom João VI, cria “[...] cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais” (Cunha, 2010, p. 153). Nesse período, na Bahia, foi criado o Curso Médico de Cirurgia, e no Rio de Janeiro, instituído

o Hospital Militar, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica. Em 1810, dentro da Academia Real Militar, foi instituído o Curso de Engenharia (Fávero, 2006; Cunha, 2010; Mota Junior; Torres, 2017).

Com a independência do Brasil de Portugal (1822), a oferta do ensino superior, não foi alterado predominando o sistema de formação profissional, em faculdades isoladas, pois “[...] estimulavam-se, entretanto, escolas agrícolas, liceus de Artes e Ofícios e, depois da República, o ensino técnico-profissional” (Teixeira, 1968, p. 24).

No estado do Amazonas, foi criada a Universidade de Manaus (1909), essa instituição foi resultado da iniciativa de grupos privados, oferecia cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia e Odontologia, além da formação de oficiais da Guarda Nacional. Todavia, com o esgotamento da prosperidade econômica decorrente do ciclo da borracha, a instituição tornou-se inexecutável, resultando no fim em 1926, restando apenas a Faculdade de Direito, que foi incorporada à Universidade Federal do Amazonas em 1962 (Fávero, 2006; Cunha, 2010; Mota Junior; Torres, 2017).

No estado de São Paulo, foi fundada a Universidade de São Paulo (1911), instituição particular sendo considerada a primeira Instituição de Ensino Superior (IES), a promover e realizar atividades extensionistas. Oferecia cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes; adotou metodologias modernas de ensino com fortes críticas às escolas superiores existentes. Em 1912, o governo estadual cria uma escola de Medicina e aprova lei que só permitia o exercício da profissão a odontólogos formados em faculdades oficiais. Por volta de 1917, essas medidas acabaram decretando o fim da Universidade de São Paulo, pois a mesma tornou-se financeiramente inviável (Fávero, 2006; Cunha, 2010; Mota Junior; Torres, 2017).

A Universidade do Paraná em Curitiba, foi instalada em 1912, considerada a terceira universidade do país. Essa instituição oferecia os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio. Em 1915, a Universidade foi dissolvida, por conta de efeito retroativo da Reforma Carlos Maximiliano (Decreto Nº 11.530/1915), que proibia a equiparação de Instituição de Ensino Superior (IES) em cidades com menos de cem mil habitantes e, em capital de Estado com menos de um milhão de habitantes. Assim, às faculdades isoladas de Medicina, Engenharia e Direito; constituídas em 1920 foram incorporadas em 1950 à Universidade Federal do Paraná (Fávero, 2006; Cunha, 2010; Mota Junior; Torres, 2017).

No Rio de Janeiro, a universidade foi criada por meio do Decreto Nº 14.343/1920.

Somente em 1920, a República dá o nome de universidade às quatro escolas superiores que havia no Rio de Janeiro. Mas essa universidade somente em 1937 veio a ser

realmente implantada. Em 1934 foi criada a primeira universidade em São Paulo e, em 1935, uma no Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal [...] (Teixeira, 1968, p.1932).

A instituição assume, o *status* de primeira universidade brasileira, por não ter tido processo de descontinuidade. Sua criação foi articulada em função da reunião de faculdades pré-existentes: a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e uma Faculdade de Direito Livre. Vale destacar que “[...] a razão principal da criação da Universidade do Rio de Janeiro teria disso a necessidade diplomática de conceder o título de doutor ‘*honoris causa*’ ao rei da Bélgica em visita ao país” (Souza, 1996, p. 51).

Cabe ressaltar que os interesses políticos impulsionaram a formalização da Universidade no país, uma vez que as demandas sociais e educacionais já sinalizavam para a urgência da efetivação da Universidade enquanto espaço de produção de conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, em 1927, foi também criada a Universidade de Minas Gerais, mediante agregação das faculdades de: Engenharia, Direito, Medicina, Odontologia e de Farmácia por iniciativa do governo estadual.

A Universidade do Rio Grande do Sul, foi criada em 1934, a partir da única faculdade, a Escola de Engenharia de Porto Alegre, fundada em 1896. A organização da instituição adotava o modelo universitário prussiano<sup>1</sup>, instituiu um conselho superior que elegia o presidente e seu vice. A manutenção era responsabilidade do governo estadual que, em 1907, criou uma taxa destinada a subsidiar a instituição e gerar recursos para o ensino. Em 1928, oferecia os cursos de Agronomia, Veterinária e Química. Em 1932, passou a denominar Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, mas o *status* universitário só lhe foi atribuído em 1934 (Souza, 1996; Cunha, 2010; Mota Junior; Torres, 2017).

A Universidade de São Paulo, foi criada em 1934, a partir da reunião de faculdades tradicionais e independentes, dando origem a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, contando com a presença de profissionais estrangeiros, principalmente professores pesquisadores oriundos da Europa. Essa instituição universitária considerada liberal de inspiração inglesa e francesa, torna-se autônoma, livre, estatal, colegiada e departamentalizada, representou “[...] um divisor de águas na história do sistema brasileiro de educação superior”

---

<sup>1</sup> Com efeito, podemos identificar três modelos clássicos de universidade, a saber, o modelo napoleônico, o modelo anglo-saxônico e o modelo prussiano. Este último teve sua configuração definida com a fundação da Universidade de Berlim por Humboldt, em 1810. A origem desses modelos se assenta nos elementos básicos constitutivos das universidades contemporâneas: o Estado, a sociedade civil e a autonomia da comunidade interna à instituição. Esses elementos nunca aparecem de forma isolada. Conforme prevaleça um ou outro, tem-se um diferente modelo institucional. A prevalência do Estado dá origem ao modelo napoleônico; prevalecendo a sociedade civil tem-se o modelo anglo-saxônico; e sobre a autonomia da comunidade acadêmica se funda o modelo prussiano (Pizzitola. In: De Vivo e Genovesi, 1986, p. 146), apud Saviani (2010, p.10)

(Oliven, 2002, p. 36), além de se colocar em oposição ao governo federal (Souza, 1996; Cunha, 2010; Mota Junior; Torres, 2017).

A Universidade de Brasília (UnB), foi criada em 1961, considera a primeira instituição forjada sem ocorrer aglutinação de faculdades pré-existentes. O projeto teve como objetivos principais: “[...] o desenvolvimento de uma cultura e de uma tecnologia nacionais ligadas ao projeto desenvolvimentista; [como também] integrada, flexível e moderna” (Oliven, 2002, p. 38). Constituída a partir do modelo norte-americano na configuração de fundação e com departamentos. Esse modelo de instituição universitária, se consolidou em oposição ao modelo tradicional europeu predominante no país.

Vale registrar que no Brasil “[...] a expansão de ensino superior que se inicia nos anos 60 e se intensifica ao longo da década de 70” (Sampaio, 1991, p. 17), sendo criadas diversas faculdades isoladas, predominantemente, nas regiões Sul e Sudeste. Essa expansão ocorreu com o aval do governo e concentrou-se “[...] na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos” (Oliven, 2002, p. 39-40). Assim, diversificaram-se iniciativas de Estados e Municípios com a criação de universidades, para amenizar a ausência da oferta de ensino superior nas regiões interioranas do Brasil.

Miranda (2013), acrescenta que a partir da natureza institucional ou administrativa, as Instituições Ensino Superior (IES) podem classificar-se como: universidades<sup>2</sup>, centros universitários, faculdades integradas ou estabelecimentos isolados. E, no tocante a questão da dependência administrativa, as instituições podem ser públicas, privadas ou confessionais.

---

<sup>2</sup> Segundo a Lei de Diretrizes e Bases, no Capítulo IV – Da Educação Superior, artigo 45, “a educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”. Decreto nº 2.306/97, que regulamenta a LDB, define, para o sistema federal de ensino, a seguinte organização acadêmica das instituições de ensino superior: a) Universidades – São instituições pluridisciplinares de formação de quadros profissionais de nível superior e caracterizam-se pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. As universidades mantidas pelo poder público gozarão de estatuto jurídico especial; b) Universidades Especializadas – Organizadas por campo do saber, nas quais deverá ser assegurada a existência de atividades de ensino e pesquisa em áreas básicas e/ou aplicadas; c) Centros Universitários – São instituições pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas de conhecimento, que devem oferecer ensino de excelência, oportunidade de qualificação do corpo docente e condições de trabalho acadêmico; d) Centros Universitários Especializados – Deverão atuar numa área de conhecimento específica ou de formação profissional. Faculdades Integradas Faculdades Institutos Superiores ou Escolas Superiores; e) Centros de Educação Tecnológica – São instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com finalidade de qualificar profissionais, nos vários níveis e modalidades do ensino, para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada; f) Os Institutos Superiores de Educação são instituições de caráter profissional que “visam à formação inicial, continuada e complementar para o magistério da educação básica”, (Resolução CNE/CP nº 1, de 30/9/1999) (Cavalcante, 2000).

Nesse contexto, o governo da Bahia implementou uma política de ensino superior público para atender a demanda de profissionais qualificados nos setores emergentes da sociedade.

## AS UNIVERSIDADES BAIANAS: BREVE CONSIDERAÇÕES

Desde 1946, o estado da Bahia conviveu com apenas a Universidade Federal (UFBA), instalada na capital (Salvador). Todavia, em 2002; outras instituições de ensino superior federal são implantadas modificando a realidade do estado. Entretanto, para atender as demandas de educação superior, entre as décadas de 1970 a 1980, ocorreu a expansão, do ensino superior público estadual, e o sistema de ensino superior privado com a presença de diversas faculdades isoladas e centros universitários na capital e no interior do estado.

Diante da carência de ensino superior, o Governo estadual, no sentido de resolver as questões relativas à crescente demanda por educação superior, adotou uma política de interiorizar instituições universitárias canalizando recursos financeiros e orçamentários para garantir a formação de profissionais qualificados em diversas áreas de conhecimento.

[...] em 1980, existiam na Bahia 20 entidades de educação superior, sendo 3 universidades: Federal da Bahia, Católica do Salvador e Estadual de Feira de Santana; 1 federação de escolas, a Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI); e 16 estabelecimentos isolados de ensino superior, a saber: Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA), Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC), Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Escola Bahiana de Processamento de Dados, Escola de Administração de Empresas da Bahia, Escola de Administração de Vitória da Conquista, Escola de Engenharia Eletro-Mecânica da Bahia com o Curso Superior de Agrimensura, Escola Superior de Estatística, Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia, Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, Faculdade de Ciências Contábeis da Fundação Visconde de Cairu, Faculdade de Educação da Bahia, Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina, Jequié e Conquista. Mesmo sem incluir os cursos do Ceteba e do Centec, as 20 entidades ofereciam 93 cursos de graduação, concentrando 67 na capital e 26 no interior do Estado (Boaventura, 1984, p. 128 *apud* Boaventura, 2009, p.56).

5142

Boaventura (2009) e Miranda (2013) esclarecem que a formação do sistema estadual baiano de educação superior começou a se constituir, no final de 1960, em virtude das ações do governo em assumir a responsabilidade pela criação de faculdades isoladas no interior. Em seguida, essas faculdades foram agrupadas e deram origem às atuais universidades estaduais baianas (UEBAs).

A criação das UEBAs efetivou-se “[...] pelo critério tradicional de reunião de faculdades isoladas [...]” (Boaventura, 2009, p. 57), com exceção da Universidade Estadual de Educação de Feira de Santana (UEFS), que foi constituída e estruturada em departamentos, absorvendo a Faculdade de Educação, existente desde 1968. Em 1970, foi instituída a primeira universidade estadual, sob a forma de Fundação: Universidade Feira de Santana.

Boaventura (2009), esclarece que na década de 1980, mediante o agrupamento de entidades e cursos superiores de graduação foram formadas:

a) Universidade do Sudoeste-UESB, integrada pela Faculdade de Formação de Professores e Escola de Administração de Vitória da Conquista, e pela Faculdade de Formação de Professores de Jequié e Escola de Zootecnia de Itapetinga, portanto, constituída a segunda universidade estadual;

b) Universidade do Estado da Bahia-UNEB, através da Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (Seseb), pelo Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA), e pelas faculdades dos municípios, em número de seis; assim foi estabelecida a terceira universidade estadual;

c) Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), antecedida pela Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI-1974), originou-se de três unidades acadêmicas: a Faculdade de Direito de Ilhéus (1961); a Faculdade de Filosofia de Itabuna (1961); a Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (1961). Em 1991, foi fundada a quarta universidade estadual, como pode ser observado no quadro 1.

**Quadro 01: Universidades Estaduais da Bahia, 1970-1991**

<b>Instituição Lema</b>	<b>Proveniência</b>	<b>Decreto Estadual</b>	<b>Ano</b>	<b>Local</b>
<b>UEFS</b> “ <i>Sitientibus</i> ”	Fundação Universidade de Feira de Santa	Lei nº 12 30/12/1980.	1970	Feira de Santana
<b>UESB</b> “ <i>adplenam vitam</i> ”	Fundação Educacional do Sudoeste	Lei nº 12, 30/12/1980.	1980	Vitoria da Conquista, Jequié Itapetinga
<b>UNEB</b> “ <i>Hominem augere</i> ”	Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia-SESEB	Lei nº 92.937 17/07/1986.	1983	Salvador (sede) 25 <i>campi</i> 26 departamentos.
<b>UESC</b> “ <i>In Altum</i> ”	Federação das Escolas Superiores de Ilheus e Itabuna-FESPI	Lei nº 6.344 05/12/1991, Lei nº 6.898 18/08/1995	1991  1995	Rodovia Ilhéus-Itabuna

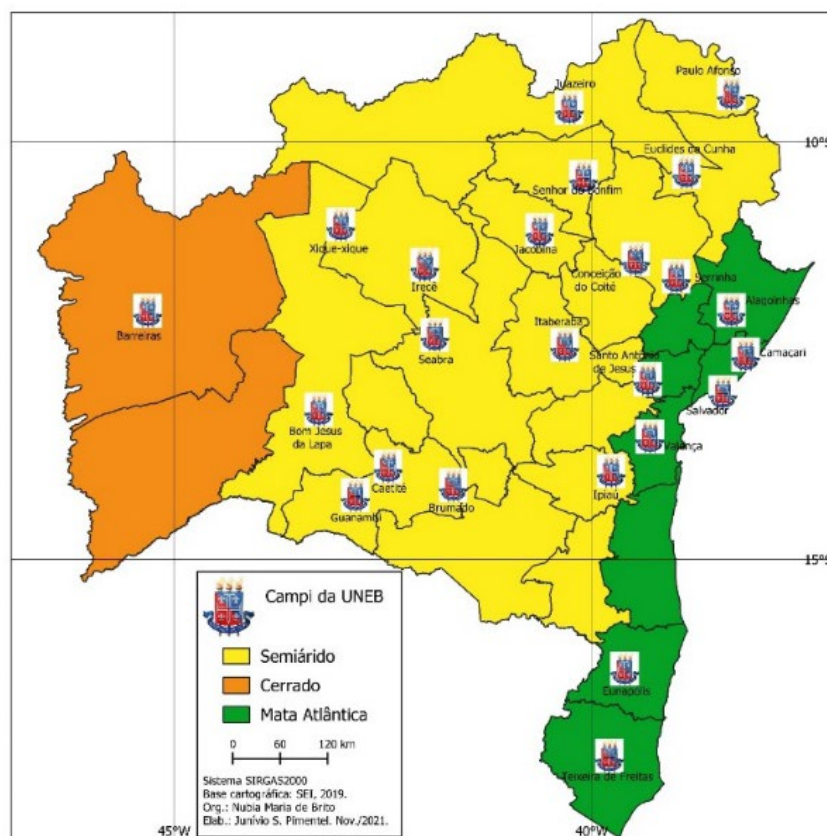
Fonte: Tomassoni, 2000; Midlej (2004); Mota Júnior e Torres, 2017

UNEB- lema “*Hominem augere*” (para o aperfeiçoamento do homem); UESB lema-“*adplenam vitam*”, (para a vida plena); UESC – lema: “*In Altum*” (em alta); UESF- lema “*Sitientibus*” (aos que têm sede).

Constata-se que no período de 1970 a 1990, são criadas quatro universidade estaduais, desse modo, “A Bahia em menos de 20 anos criou e organizou um senhor sistema de educação universitária. Partiu, em 1968, de apenas 3 Faculdades de Formação de Professores, para 4 universidades, no final de 1991 [...]”, (Boaventura, 2009, p. 32).

Midlej (2004) ressalta que as universidades no estado adotaram o formato de *multicampia* e *unicampia*. A UEFS e UESC, abraçaram o sistema de *unicampus*, a UESB e a UNEB, constituíram o sistema *multicampi*. A UESB com *campus* em Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga. A UNEB possui *campi* em 25 municípios, tal configuração propiciou uma atuação diferenciada nos diversos Territórios de Identidade no estado, conferindo uma participação mais significativa nas regiões fora do raio de ação das demais Instituições Estaduais, conforme Figura 1.

Figura 1- UNEB- Multicampia no Estado da Bahia, 2021



Fonte: Base cartográfica: SEI, 2019; Organização: Nubia Maria de Brito Silva  
Elaboração: Junívio S. Pimentel. 2021

A UNEB ao organizar a universidade no sistema de *multicampia*, no início de 1983, integraram-se unidades universitárias, isoladas em várias regiões no estado, congregou as Faculdades de Agronomia do Médio São Francisco, de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus, além do CETEBA, núcleo inicial da UNEB, em Salvador; do mesmo modo, incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro. Integrou ainda os Centros de Educação Superior em Paulo Afonso e em Barreiras; de Ciências da Saúde e dos Alimentos, em Salvador, das Faculdades de Educação do Estado da Bahia (FAEEBA), também em Salvador e em Senhor do Bonfim, Serrinha e Euclides da Cunha (Boaventura, 2009).

As universidades estaduais estão presentes em todo o território baiano, ofertando educação superior em diversas áreas de conhecimento, formando profissionais qualificados para a sociedade. As suas unidades estão localizadas em municípios, centros regionais onde estão concentrados professores, especialistas, técnicos administrativos, bibliotecas, laboratórios. Essas universidades propiciam o desenvolvimento do ensino superior, da pesquisa científica, e as mais variadas atividades comunitárias. As universidades estaduais “[...] representam ilhas da cultura moderna e funcional, no interior, capazes de desencadear a gestão do conhecimento nas diversas comunidades baianas e projetam novas alternativas de formação para o futuro” (Boaventura, 2009, p. 76).

A constituição do sistema de educação superior no estado ocorreu entre 1960 a 1991, com uma política de interiorização que teve como meta, a implantação de cursos em diversas áreas de conhecimento. O sistema estadual de educação superior soma-se ao sistema público federal, que até, 2002, concentrava-se na capital, Salvador. Enquanto, o sistema público estadual priorizou a interiorização em centros regionais de referência. Entretanto, esse quadro sofre alteração na década de 1980, quando ocorre grande expansão de instituições privadas de ensino superior, inicialmente, concentrada em Salvador, posteriormente, implantam-se unidades no interior do estado. Ademais, o sistema de ensino superior, atualmente, é constituído por instituições públicas na esfera federal e estadual de ensino bem como da rede privada que oferta vagas em diversos ramos de conhecimento.

Rocha (2013), frisa que a partir da década de 1980, ocorreu expansão de instituições privadas na Bahia motivada em grande parte, pela oportunidade de ampliação de negócios, decorrente do crescimento da população e demanda por educação superior. E neste sentido, surge a Escola Superior de Estatística da Bahia (ESEB), a Escola Bahia de Medicina, a Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia (FACCEBA), a Faculdade de Educação da Bahia

(FEBA), a Faculdade de Ciências Contábeis da Fundação Visconde de Cairu, a Universidade Salvador (UNIFACS), a Faculdade Ruy Barbosa (FRB) e diversas outras instituições.

Hodiernamente, o estado da Bahia, possui outras instituições pertencentes à administração pública, a saber:

a) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), criada em julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede na cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus;

b) Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), instituída em junho de 2013, com sede na cidade de Barreiras, e *campi* nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Barra, Santa Maria da Vitória e Luís Eduardo Magalhães;

c) Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), iniciou as atividades em 2013, nos municípios de Itabuna (Reitoria), Porto Seguro e Teixeira de Freitas.

Diante do exposto, o sistema de ensino superior do estado da Bahia, é composto por instituições de natureza pública e privada. Esse sistema, é resultado, inicialmente, de ações do governo estadual, que garantiu a oferta de curso superior no interior, estrategicamente em centros regionais que impulsionaram o crescimento e desenvolvimento das respectivas regiões. Assim, outras instituições públicas e privadas também, implantaram unidades de ensino superior, diversificando a oferta de cursos bem como garantindo o aumento significativo de vagas para a população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no Brasil, desde os primórdios, ficou sob o encargo dos jesuítas, cujo objetivo era catequizar e impor os costumes europeus. Posteriormente, a expulsão dos jesuítas, a educação passou por reformas cujo escopo era servir ao Estado. A Corte Portuguesa instituiu os cursos profissionalizantes de nível médio e superior (1808). Após a independência do Brasil (1822), e a instauração da República (1889), a educação era constituída de escolas primárias, ginásios e escola superior, permanecendo nesse formato até 1920, quando é institucionalizada a universidade de fato.

A partir de 1940, houve expansão e diversificaram-se iniciativas para a criação de institutos de ensino superior, em todas as regiões do país. Constatou-se que a institucionalização das universidades no Brasil, bem como no estado da Bahia, ocorreu tardiamente, e sua

estruturação transcorreu mediante a agregação de faculdades e institutos de ensino superior profissional pré-existent.

Na Bahia, a necessidade de profissionais qualificados para atender demandas emergentes dos setores público e privado desencadearam políticas governamentais, que impulsionaram ações efetivas para implementação do ensino superior, no interior do território baiano, de maneira a promover o desenvolvimento local/regional. A partir do final da década de 1960, o governo do Estado assume a responsabilidade pela criação de faculdades isoladas no interior, que posteriormente foram agrupadas, dando origem ao sistema estadual baiano de educação superior, formado por quatro universidades: UEFS (1970), a UESB (1980), a UNEB (1983) e a UESC (1991).

Logo, o sistema de ensino superior ocorreu mediante ação do governo estadual objetivando a interiorização com a criação de quatro universidade estaduais baianas UEBA. Desse modo, confirma-se a hipótese levantada na pesquisa, que o modelo adotado para criação das universidades é semelhante ao que foi adotado no Brasil entre 1920-1930, ou seja, as universidades estaduais foram criadas mediante agregação de institutos de ensino superior profissional da Bahia, a exceção é a UEFS (1970), que foi criada como departamento.

Por fim, a constituição do sistema de educação superior atrelada a presença de universidades estaduais no território baiano, ao longo das décadas, promoveu a formação e qualificação de profissionais em diversas áreas de conhecimento que atuam nos setores públicos e privados. Nas últimas décadas, foram marcadas por uma expansão das instituições de ensino superior, bem como pela criação de mais duas universidades federais (UFOB e UFSB), além da expansão do ensino superior privado, com a presença de diversas faculdades isoladas e centros universitários. Assim, a produção de conhecimento, pesquisa, tecnologia e ações extensionistas, potencializam os recursos humanos e, portanto, a ciência, cultura, comércio, além de promover o desenvolvimento local/regional onde as instituições universitárias estão imersas.

## REFERENCIAS

BOAVENTURA, Edivaldo. M. **A construção da Universidade Baiana: Origens, Missões e Afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP, Brasília. 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Greive Cynthia (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Educar**, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e Região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC**. 2004. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA. 273p.

MIRANDA, Marta Rosa Farias de Almeida. **Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia: um estudo de caso sobre o sistema estadual de educação superior da Bahia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação). Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 229p.

MOTA JUNIOR, Antônio de Macedo; TORRES, Henderson Carvalho. Educação superior no estado da Bahia: contexto histórico e expansão da oferta. **Plurais**. Salvador, v. 2, n.2, p. 83-106, abr./ago. 2017.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria S. A. (org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), 2002.

5148

ROCHA, Saulo José dos Santos. **O desenvolvimento da região promovido pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) pelos seus egressos**. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade de Salvador, Salvador. 276p.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de História**. Passo Fundo: UPF, 2005.

SAMPAIO, H. **Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)**. Documento de Trabalho 8/91. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991.

SAVIANE, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica** - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17.

SCHWARTZMAN, Simon. **América Latina: Universidades em Transição**. Washington: Organização dos Estados Americanos, Coleção INTERAMER, n. 6, 1996. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/oea/cap2.htm>. Acesso em: 20 out. 2021.

SIMÕES, Maria Leite. O Surgimento das Universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 136-152, jul./dez. 2013.

SOUZA, José Geraldo de. Evolução Histórica da Universidade Brasileira: Abordagens preliminares. **Revista da Faculdade de Educação**, PUCCAMP, Campinas, v. 1, n. 1, p. 42-

58, ago. 1996. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reveducao/article/download/461/441>. Acesso em: 24 out. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. Uma perspectiva da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.50, n. 111, jul./set. 1968. p. 21-82. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/perspectiva.html>. Acesso em: 24 out. 2021.

TOMASSONI, Sônia Marise Rodrigues Pereira. **Territorialidade da Universidade do Estado da Bahia-UNEB no espaço baiano: uma análise geográfica da UNEB em Santo Antônio de Jesus**. 2000. 131f. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2000.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. **O Que é Universidade?** São Paulo: Brasiliense, 2003.

## SOBRE OS AUTORES



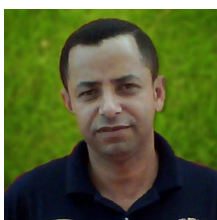
### Maria Goreth e Silva Nery

Doutora pela UFBA e professora da UNEB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia- GEPEGEO/UNEB Geografia e Transformações Contemporâneas/UNEB.

E-mail: [mgsilva@uneb.br](mailto:mgsilva@uneb.br)

Lattes: 8072011795587297

Orcid.org: 0000-0002-8472-1432



### Moizéis Silva Nery

Doutor pela Unesp e professor da UESB. Membro do Grupo de pesquisa: produção animal Sustentável no semiárido

E-mail: [mnerly@uesb.edu.br](mailto:mnerly@uesb.edu.br)

Lattes: 2862471143670522

Orcid.org: 0000-0002-3375-2642



### Nubia Maria de Brito Silva

Mestre pela UNEB e professora da UNEB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Ensino de Geografia- GEPEGEO/UNEB.

E-mail: [nbrito@uneb.br](mailto:nbrito@uneb.br)

Lattes: 6438655983490945.

Orcid.org: 0009-0002-0388-6188